

ERM Univates
(Org.)

Curso Eficiência e Transparência na Contratação de Serviços e Compras Públicas

Realização:

Centro Universitário UNIVATES
Rede Escola de Governo

1ª edição



Lajeado, 2012



Coordenação e revisão final: Ivete Maria Hammes

Editoração: Bruno Henrique Braun e Marlon Alceu Cristófoli

Capa: Bruno Henrique Braun

Avelino Tallini, 171 - Bairro Universitário - Cx. Postal 155 - CEP 95900-000,

Lajeado - RS, Brasil. Fone: (51) 3714-7024 / Fone/Fax: (51) 3714-7000

E-mail: editora@univates.br / <http://www.univates.br/editora>

C977 ERM Univates

Curso eficiência na contratação de serviços e
compras públicas / Org. ERM Univates - Lajeado: Ed.
da Univates, 2012.

28 p.

ISBN 978-85-8167-031-7

1. Administração pública. 2. Licitações. 3.
Serviços públicos - Contratação. 4. Compras públicas
- Contratação. I. Título

CDU:351.712.2.032

Ficha catalográfica elaborada por Maristela Hilgemann Mendel – CRB-10/1459

**Todos os textos são de exclusiva
responsabilidade dos organizadores.**

Tiragem: 1000 exemplares

Copyright: **ERM Univates**

Realização:

Centro Universitário UNIVATES

Rede Escola de Governo

Curso Eficiência e Transparência na
Contratação de Serviços e Compras
Públicas

Colaboradores:

Bernardete Bregolin Cerutti

Claus Haetinger

Cristiani Reimers

David Guilherme Orling

Eduardo Schnorr

Elaine Görgen Strehl

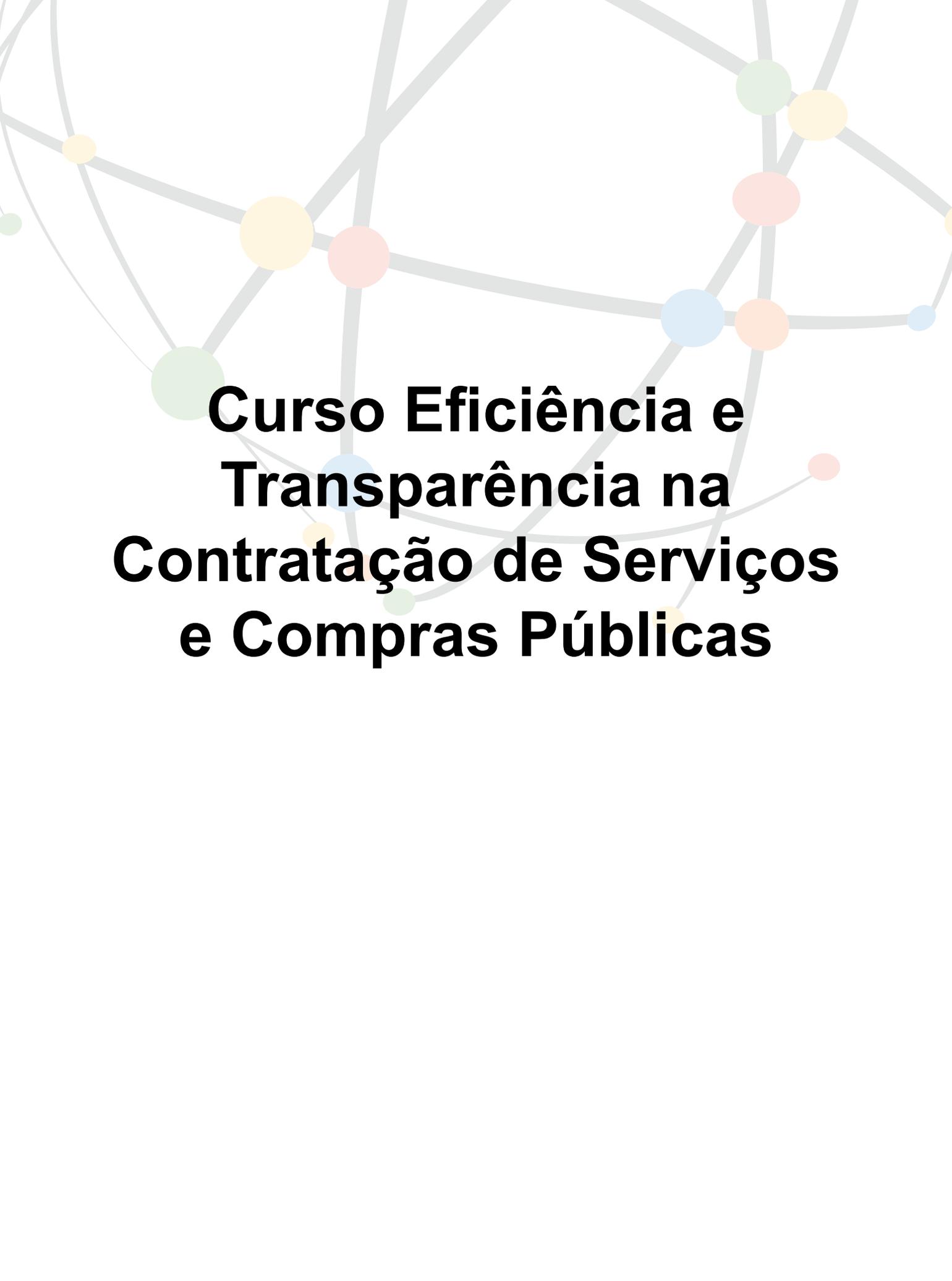
Elisângela Lopes

Ivan Lapuente Garrido

Jônatas Dietrich

Luis Maurício Zanin

Viviane Theves Sulzbach



Curso Eficiência e Transparência na Contratação de Serviços e Compras Públicas

Rede Escola de Governo

A sociedade está, ao longo das últimas décadas, lutando pela consagração de inúmeros direitos. De um país sob o arbítrio de um regime autoritário nos transformamos em uma nação democrática. Vivemos um período em que vários segmentos, em especial aqueles mais pobres, passaram da “clandestinidade social” para o protagonismo ativo, exigindo políticas estatais concretas e amplas, serviços universais e qualificados. Isto ocorreu, no entanto, sem termos rompido totalmente a fronteira da desigualdade, o que nos remete à ideia que nossa democracia ainda está inconclusa.

O grande desafio de um Estado moderno e democrático é consagrar os direitos da sociedade e fazer corresponder, a cada um deles, políticas públicas que os tornem efetivos e materiais. Os direitos da sociedade somente serão concretos quando tornarem-se objeto das garantias, das políticas e das ações do poder público.

Nesse sentido, a formação continuada, plural e inclusiva, é um caminho para emancipar servidores e agentes sociais no sentido de alcançar a construção de um Estado forte que dê curso a uma intervenção legítima garantidora do exercício dos direitos de cidadania, representação de interesses públicos e de participação.

A Rede Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Sul concebe a formação continuada como um processo global, de emancipação cidadã. A construção do conhecimento é articulada em rede, com o objetivo de formar de maneira contínua, ampla e inclusiva servidores e agentes sociais para a implementação de políticas públicas em um Estado permeado pela eficiência e pelo diálogo. Em uma dimensão superior, configura-se como um processo de reflexão sobre o estado e sua organização.

O ineditismo do projeto é expresso pela articulação em rede do conjunto de instituições de ensino superior gaúchas que, coordenadas pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, transformam e transferem o acúmulo de saberes e pesquisa produzidos ao longo de décadas pela academia, colocando o patrimônio intelectual elaborado à disposição de um Estado que se pretende mais eficaz, transparente, criativo, resolutivo e plural. Além disso, com a iniciativa, o serviço público e o servidor tornam-se temas presentes na academia, provocando o debate.

O processo de formação dos agentes públicos proposto pela Rede Escola de Governo está assentado em três bases fundantes: a formação humanística para a cidadania ativa; a formação instrumental-operacional para o ganho de eficácia e a formação em tecnologia-informação para a inovação e o desenvolvimento. Construindo, deste modo, uma pedagogia da gestão pública, para a qual os métodos, as técnicas e os processos não são um fim em si mesmo, mas mecanismos de pactuação e elaboração de ações concretas de interesse público. Estas sim, razões de ser do próprio estado.

Pretendemos, a partir de uma articulação com o patrimônio e o acervo intelectual do Rio Grande do Sul acumulado em décadas de ensino e pesquisa, falar da gestão pública como uma especialidade do conhecimento. Compreendendo o caráter universal, plural e democrático do aparelho do Estado a serviço da regulação, da equidade e do crescimento econômico inclusivo.

Os resultados desse esforço conjunto de reflexão, estudo e qualificação técnica são compartilhados nesta coleção de cadernos pedagógicos. O propósito é que este conhecimento constituído de vivências, problematizações e busca de alternativas não fique restrito aos grupos de onde se originou e fortaleceu, mas se transforme em ideias em movimento, capazes de realimentar propósitos, subsidiar mudanças e multiplicar saberes.

REDE ESCOLA DE GOVERNO
DIVISÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO
FDRH

Depoimento do Reitor da Univates, Prof. Ney José Lazzari, sobre a importância das parcerias da Univates com a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH

“A Rede Escola de Governo completou um ano de atividades e, nesse período, em parceria com Instituições de Ensino de todo Estado, como é o caso da Univates, de Lajeado, as atividades têm beneficiado a dezenas de pessoas com os programas de formação continuada voltados à área da gestão.

Para a Univates, os cursos desenvolvidos têm sido de grande importância, pois proporcionam maior aproximação da academia com o cotidiano da Administração Pública. Ao mesmo tempo em que nossos professores ministram conteúdos aos alunos, também tomam conhecimento de vivências do dia a dia que, depois, aprofundadas em outras situações acadêmicas de aprendizagem, trazem mais benefícios para a sala de aula.

Essa é uma mostra inovadora de como a articulação entre o Governo e as Instituições de Ensino Superior pode render bons resultados. É a primeira vez, no Rio Grande do Sul, que um conjunto de Instituições Universitárias de caráter comunitário, confessional e público se organizam em rede, para avançar na área da pesquisa e da inovação tecnológica, bem como para ofertar cursos e formação na área profissional, técnica e tecnológica.”

Professor Ney José Lazzari
Reitor do Centro Universitário UNIVATES

Uma reflexão sobre ética

A sociedade atual vive tempos de busca por felicidade, alegria, paz, boa condição financeira e sucesso profissional, além de várias outras conquistas possíveis. São tempos em que o ser se confunde com o ter, com o possuir, desconsiderando que o conforto e a tecnologia são necessários, mas não são o próprio ser. Neste discurso pós-moderno, parece que os sentimentos e as emoções estão profundamente ligados aos elementos materiais, e que se pode conquistá-los com certa facilidade. Para muitos, bastando um pouco de sorte ou de habilidade gestora.

Esta ânsia em obter aquilo que se pensa, ou que, de fato, se deseja, acabou se tornando uma obsessão que escraviza o ser humano, num ato insano de fazer o que for possível para alcançar a conquista de seus sonhos. Desse modo, a ética parece ser vista como algo sem valor e que imputa a quem quiser ser ético um atraso ou perda. Muitos justificam que o mundo é ruim e que ao não agir com toda sorte de malandragem e engano, perde-se para os que não são éticos.

Entretanto, mesmo que o pensamento da sociedade seja diferente, ética é um conceito que não pode ser deixado de lado e, por isso, é necessário diferenciar-se Ética de Moral. Ética é parte da filosofia e da vida concreta. Considera concepções acerca da vida, do universo, do ser humano e de seu destino, institui princípios e valores que orientam pessoas e sociedades. Pessoas, empresas ou governos são éticos quando se orientam por princípios e convicções. Em última instância, podemos afirmar que a ética tem a ver com a defesa da vida humana. Já a moral trata apenas da prática real das pessoas, e é expressa por costumes, hábitos, leis e valores culturalmente estabelecidos. Estes costumes podem, eventualmente, ser questionados pela ética. Uma pessoa pode ser moral (segue costumes e normas até por conveniência), mas não necessariamente ética.

Logo, é possível perceber que a ética não é diferente, sendo comum nas diversas relações sociais. O que há são diferentes aplicações éticas, que partem de condições diferentes, mas que sempre chegam ao grande sentido da ética, que é a defesa da vida humana e das relações saudáveis. Existe a possibilidade de ser ético,

numa situação e noutra não, porque bem podemos defender valores humanos numa situação, em detrimento de outra.

A quem pertence o futuro?

Este é o questionamento que se faz necessário, porque regula toda a disposição, missão e valores de profissionais, empresas e governos. O futuro pertence aos que são éticos. A importância de uma pessoa, empresa ou governo ser ético está, acima de tudo, na compreensão de que o mundo do trabalho é uma das características que nos difere dos animais, e que o homem procura mediar relações pelo trabalho, porque encontra, por meio dele, sentido e pertença. Por isso, transformamos a nossa existência também pelo trabalho, e ficamos completamente envolvidos com os seres humanos. Logo, ter ética é, acima de tudo, essencial porque um profissional, uma empresa e um governo não trabalham com coisas, e sim, com pessoas que redefinem suas vidas, e agregam valores a todo o momento de sua existência.

Por isso, adotar uma postura profissional ética representa estar um passo à frente no mercado. Não se trata de tirar benefícios, mas de ser vanguarda de um mundo novo que, cada vez mais, apesar de suas mazelas, valorizará as relações de trabalho que defendem a dignidade humana e global. Sabemos bem que, no mundo de hoje, sempre se está em busca de benefícios. Tendo ética, um profissional, empresa ou governo transforma as relações de trabalho e serviço, despertando os colaboradores para um envolvimento que lhes dá real sentido na vida. Além disso, profissionais, empresas e governos, que são éticos, atraem parceiros que pautam suas atividades pela dignidade e excelência.

A importância de “ser pessoa”.

Um ponto importante nesta relação passa pelo bem-estar pessoal. Precisamos estar atentos à ideia da realização propagada hoje, que tem a ver com um conjunto de bens ligados ao sucesso social, e possuir alguns itens essenciais para se viver bem. Se observarmos atentamente, veremos que se estabelecem nos itens essenciais questões como desenvolvimento físico, emocional e espiritual. Se esses itens forem negligenciados por qualquer um, não estaremos preparados para um mundo novo, que requer aperfeiçoamento continuado, não só profissional. Por essa razão, é necessário

que leiamos mais, ouçamos mais, que entendamos mais a condição humana e as relações sociais.

Por tudo isso, faz-se necessário valorizar a vida e desenvolver a ética pessoal e profissional como quesitos essenciais, porque toda sociedade, realmente desenvolvida, reconhece a vida como um direito, que deve ser preservado e cuidado em qualquer situação. Sabemos que o direito à vida digna está acima de qualquer discussão ou preferência de raça, sexo, religião, opção política ou condição econômica. Desse modo, não podemos, de maneira alguma, ser éticos apenas quando nos é conveniente, mas devemos sê-lo em todas as ações que atribuímos sentido. Assim, nossos locais de trabalho podem se tornar lugares não só de excelência profissional, mas espaços capacitadores dos seres humanos, ajudando-os a se tornarem pessoas que pensam no trabalho como sentido da vida e possibilidade transformadora da realidade humana.

Professor David G. Orling
Disciplina Ética e Conduta Profissional
Centro Universitário UNIVATES

Curso Eficiência e Transparência na Contratação de Serviços e Compras Públicas

O Projeto Político Pedagógico do curso de extensão Eficiência e Transparência na Contratação de Serviços e Compras Públicas compreende:

I – Dados de Identificação

1.1 Nome do programa:

Formação Continuada “Economia Política da Gestão Pública”

1.2 Título do curso de extensão:

Eficiência e Transparência na Contratação e Serviços e Compras Públicas

1.3 Coordenação geral:

Bernardete Bregolin Cerutti – Professora do Centro Universitário UNIVATES

1.4 Coordenações específicas:

Cristiani Reimers – Coordenação Escritório de Relações com o Mercado – ERM

Viviane Theves Sulzbach – Coordenadora da Extensão Universitária

1.5 Carga horária total do curso:

60 horas-aula

1.6 Data de início do curso:

17/10/2011

1.7 Data de término do curso:

22/05/2012

1.8 Cronograma

Dia	Disciplina(s)	Professor(a)	Carga horária acumulada
17/10/2011	Apresentação do curso Técnicas de negociação	Bernardete B. Cerutti Ivan L. Garrido	04h/a
18/10/2011	Contratação de serviços e de compras públicas	Elisângela Lopes	08h/a
19/10/2011	Contratação de serviços e de compras públicas	Elisângela Lopes	12h/a
20/10/2011	Contratação de serviços e de compras públicas	Elisângela Lopes	16h/a
21/10/2011	Técnicas de negociação	Ivan L. Garrido	20h/a
24/10/2011	Técnicas de negociação	Ivan L. Garrido	24h/a

Dia	Disciplina(s)	Professor(a)	Carga horária acumulada
25/10/2011	Contratação de serviços e de compras públicas	Eduardo Schnorr	28h/a
26/10/2011	Técnicas de negociação	Ivan L. Garrido	32h/a
03/11/2011	Ética e conduta profissional	David Orling	36h/a
04/11/2011	A importância do trabalho do servidor público	Luis Maurício Zanin	40h/a
14/05/2012	Contratação de serviços e de compras públicas	Elaine G. Strehl	44h/a
15/05/2012	Contratação de serviços e de compras públicas	Elaine G. Strehl	48h/a
16/05/2012	Contratação de serviços e de compras públicas	Elaine G. Strehl	52h/a
21/05/2012	Contratação de serviços e de compras públicas	Elaine G. Strehl	56h/a
22/05/2012	Contratação de serviços e de compras públicas	Elaine G. Strehl	60h/a

1.9 Municípios de abrangência:

Porto Alegre – RS.

1.10 Local de realização do curso:

Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH
Avenida Praia de Belas, 1595, CEP 90110-001, Porto Alegre/RS.

1.11 Público-alvo:

Servidores Estaduais e Atores Sociais, definidos pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), em conjunto com as Secretarias de Estado.

1.12 Número total de participantes:

Quarenta e cinco (45) servidores.

1.13 Secretarias/órgãos do Governo envolvidos:

Diversos órgãos do Estado do Rio Grande do Sul.

II – Justificativa

A Fundação de Recursos Humanos do Rio Grande do Sul (FDRH), por meio da Escola de Governo, buscou a articulação das instituições de ensino superior com vistas à promoção de processos de formação continuada dos servidores, sobretudo no que se refere à qualificação dos serviços, às novas formas de organização social, bem como à compreensão sobre os novos formatos institucionais de participação. Objetivando, com isso, mais eficiência das políticas e dos programas do Estado.

Nas últimas décadas, o Estado do Rio Grande do Sul tem demonstrado que seu desenvolvimento econômico e social está aquém do esperado, se o compararmos à economia brasileira. Apresenta taxas de crescimento menores do que a de alguns estados da Federação e perdas na sua matriz produtiva tradicional, bem como cortes de investimentos públicos nas mais diversas áreas.

Frente a esse cenário, o Estado necessita retomar seu papel indutor da economia gaúcha, e enquadrar-se em um novo patamar integrado ao ciclo de desenvolvimento atual do país. Além disso, precisa buscar novamente a inserção e cooperação internacional, propiciar o desenvolvimento regional, a sustentabilidade ambiental, a participação cidadã, a equidade social e a recuperação das funções públicas do Estado.

Considerando os desequilíbrios ambientais, sociais e regionais, há a necessidade preeminente de um processo de concertação do Estado, por meio da promoção do conhecimento.

Nesse sentido, a Univates oferecerá três cursos de extensão sobre temas relacionados à Economia da Gestão Pública, com o intuito de formar servidores públicos locais e regionais comprometidos com o conhecimento das suas funções e do ambiente em que estão inseridos. Dessa forma, a retomada do desenvolvimento sustentável passa a ser condição para uma nova inserção do Estado no cenário brasileiro.

III – Objetivo geral

O Programa “Economia Política da Gestão Pública” objetiva preparar e qualificar profissionais, pela ampliação e pelo aperfeiçoamento de conhecimentos teóricos e práticos em gestão pública, para atuarem nas administrações públicas.

IV – Objetivos específicos

- aprimorar o desempenho de servidores públicos, proporcionando-lhes uma visão integrada da gestão pública, pela articulação teórico-prática;
- desenvolver competências gerenciais em âmbito público, visando à eficiência e à eficácia organizacional;
- possibilitar o conhecimento de novos modos e instrumentos de planejamento para a promoção do desenvolvimento sustentável local e regional;

- propiciar aos participantes a discussão e a análise de problemas contemporâneos no seio da administração pública, cujas soluções alternativas possibilitem uma gestão eficaz e efetiva dos recursos disponíveis;
- desenvolver a capacidade de compreensão dos conceitos que fundamentam a gestão de negócios em organizações públicas.

V – Ementa do curso

Conceito de ética e regras de conduta profissional. Importância do servidor público. Técnicas de negociação. Atividade de contratação de serviços e compras públicas.

VI – Conteúdo programático e ementa das disciplinas

Disciplina	Carga Horária	Ementa
Técnicas de negociação	16h/a	Relacionamento interpessoal; Percepção; Negociação na prática.
Contratação de serviços e compras públicas	36h/a	Licitações; Pregão; Contratação direta; O sistema de registro de preços; Micro e pequenas empresas; Contratos.
Ética e conduta profissional	04h/a	O que é ser profissional; Como se portar; Como refutar e argumentar; Como negociar para si e para outros.
A importância do trabalho do servidor público	04h/a	O que é o serviço público? Qual sua importância? A responsabilidade do servidor público.

VII – Metodologia

A metodologia do curso prima pela variedade de situações de ensino-aprendizagem. Assim, as disciplinas oferecidas proporcionam aos alunos atividades teóricas e práticas de forma integrada, buscando propiciar um olhar e uma percepção crítica sobre a relação teoria e prática.

Os alunos serão solicitados a relatar suas experiências profissionais e acadêmicas. Da mesma forma, os docentes deverão relatar suas experiências profissionais. Tais apresentações e discussões têm o propósito de ressignificar o trabalho docente e discente, o que proporciona uma produção de novos saberes, em detrimento de uma simples reprodução de saberes, comumente aceitos no meio acadêmico e empresarial.

VIII – Avaliação

A avaliação será a partir do acompanhamento da presença do servidor público no curso, pela sua participação em sala de aula e pelo instrumento de pesquisa de opinião.

IX – Referências

BLANCHARD, Kenneth; JOHNSON, Spencer. **O Gerente Minuto**: como tomar decisões rápidas. Rio de Janeiro: Record, 1981.

BLANCHARD, Kenneth; ZIGARMI, Patrícia; ZIGARMI, Drea. **Liderança e o Gerente Minuto**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

Guia de Compras Públicas Sustentáveis para Administração Federal – disponível em: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2010/06/Cartilha.pdf>

JUSTEN FILHO, M. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 14ª ed. São Paulo: Dialética, 2010. 991 p.

Lei Ordinária 8.666, de 21 de junho de 1993 – Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Lei Ordinária 10.520, de 17 de junho de 2002 – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

LEWICKI, Roy L.; SAUDNERS, David M.; MINTON, John W. **Fundamentos da Negociação**. Porto Alegre: Bookman, 2002. Licitações & Contratos – 4ª Edição – Orientações e Jurisprudência do TCU – Edição revista, atualizada e ampliada.

MEIRELLES, H. L. **Licitação e Contrato Administrativo**. 15 ed. São Paulo: Editora Malheiros Editores, 2010. 480 p.

X – Materiais Didáticos

O material didático utilizado são apresentações, por meio da ferramenta *power point*, e legislação brasileira.

XI – Anexos

a) Corpo Docente

David Guilherme Orling – Graduado em Teologia e Pós-Graduado em Ensino Religioso.

Eduardo Schnorr – Graduado em Ciências Contábeis, Mestrando em Ciências Contábeis.

Elaine Görgen Strehl – Graduada em Ciências Contábeis.

Elisângela Lopes – Graduada em Direito.

Ivan Lapuente Garrido – Graduado em Ciências Econômicas, Pós-Graduado em *Marketing*, Mestre e Doutor em Administração.

Luis Maurício Zanin – Graduado em Administração Pública.

Amostra de Materiais Didáticos

Amostra de materiais didáticos

O curso Eficiência e Transparência na Contratação de Serviços e Compras Públicas é composto por quatro disciplinas e seis professores. No desenvolvimento das aulas, foram utilizadas apresentações, por meio da ferramenta *power point*, além do uso da legislação brasileira.

A seguir serão apresentados alguns materiais utilizados em cada uma das disciplinas.

Disciplina: Ética e Conduta profissional

Professor: David G. Orling

Disciplina: Contratação de serviços e compras públicas

Professor: Eduardo Schnorr

Disciplina: Técnicas de negociação

Professor: Ivan L. Garrido

Disciplina: Contratação de serviços e compras públicas

Professor: Luis Maurício Zanin

Disciplina: Ética e Conduta profissional

Professor: David G. Orling

UNIVATES

Curso: Eficiência e Transparência na Contratação de Serviços e Compras Públicas

Disciplina: Ética e Conduta profissional

Professor: David G. Orling

Rede Escola de Governo FDRH Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos Rio Grande do Sul

Ética e moral: distinções e definições

- O que é ética O que é moral?
- São a mesma coisa ou há distinções a serem feitas?

Aprofundando a questão observamos que ética e moral não são sinônimos

UNIVATES Rede Escola de Governo

Ética considera concepções de fundo acerca da vida, do universo, do ser humano e de seu destino, estatui princípios e valores que orientam pessoas e sociedades. Em última instância, podemos afirmar que a ética tem a ver com a defesa da vida humana.

Alguns diferenciam ética e moral de vários modos:

- 1. Ética é princípio, moral são aspectos de condutas específicas;
- 2. Ética é permanente, moral é temporal;
- 3. Ética é universal, moral é cultural.

UNIVATES Rede Escola de Governo

UNIVATES Rede Escola de Governo

Joaquim Clotet

- A ética considera os atos humanos em quanto "corretos" ou "incorretos". Tem em conta os atos que são livres, enquanto são "justos" ou "injustos".
- A ética considera se os atos são "bons" ou "maus". A nós nos interessa, portanto, conhecer o que é "bom" ou "mau", que é "correto" ou "incorreto", o que é "justo" ou "injusto".
- Nem tudo que é justo é ético.

Moral é um conjunto de normas que regulam o comportamento do ser humano em sociedade, e estas normas são adquiridas pela educação, pela tradição e pelo cotidiano.

UNIVATES Rede Escola de Governo

UNIVATES Rede Escola de Governo

Disciplina: Contratação de serviços e compras públicas

Professor: Eduardo Schnorr



Eficiência e Transparência na Contratação de Serviços e Compras Públicas

- “Os governos e as instituições enfrentam, na atualidade, grandes desafios. Garantir que estão obtendo o maior benefício possível dos fundos públicos que gastam em suas organizações é um deles;
- Outro, é o de convencer o público de sua transparência e a capacidade de render contas, assim como o uso de adequadas práticas administrativas.

Eficiência e Transparência na Contratação de Serviços e Compras Públicas

- Falta de transparência nas ações governamentais;
- Aumento dos processos burocráticos;
- Fragilidade dos sistemas de controle;
- Foco na regularidade contábil e na legalidade, colocando em segundo plano conceitos de eficácia, eficiência, economia e resultados.

Eficiência e Transparência na Contratação de Serviços e Compras Públicas

- Eficiência significa fazer um trabalho correto, sem erros e de boa qualidade.
- Eficácia é fazer um trabalho que atinja totalmente um resultado esperado.

Eficiência e Transparência na Contratação de Serviços e Compras Públicas

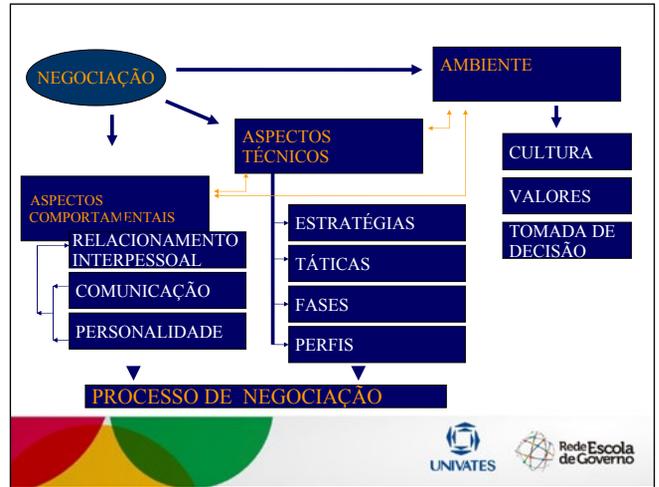
- **Transparência** é o elemento que ratifica as ações eficazes e eficientes.

Eficiência e Transparência na Contratação de Serviços e Compras Públicas

- A informação deve ser considerada um “produto” oferecido ao cidadão, que é o “consumidor” do serviço público que, por sua vez, é mantido em grande parte pelos impostos pagos por este “consumidor”.

Disciplina: Técnicas de negociação

Professor: Ivan L. Garrido



NEGOCIAÇÃO

CONCEITO ANTIGO

“NEGOCIAR É ALGO QUE SE PRATICA COM
COMPETIDORES, OBJETIVANDO O MÁXIMO
DE VANTAGENS COM UM MÍNIMO DE
CONCESSÕES”

“EU GANHO; VOCÊ PERDE”

NEGOCIAÇÃO

CONCEITO MODERNO

“PROCESSO DE BUSCAR A ACEITAÇÃO DE IDÉIAS
OU ESTRATÉGIAS, AONDE AS PARTES ENVOLVIDAS
TERMINAM A NEGOCIAÇÃO CONSCIÊNTES QUE
FORAM OUVIDAS E APRESENTARAM A SUA
ARGUMENTAÇÃO. O PRODUTO FINAL É MAIOR QUE
A SOMA DAS CONTRIBUIÇÕES INDIVIDUAIS,
INEXISTINDO A SENSÇÃO DE PERDA EM AMBOS
OS LADOS.”

“GANHA - GANHA”

POR QUE SE NEGOCIA:

- PARA CRIAR ALGUMA COISA QUE NÃO
PODERIAMOS FAZER SÓS;
- PARA RESOLVER UM PROBLEMA, CONFLITO
OU DISPUTA ENTRE AS PARTES.

MODELO DE INQUIETAÇÕES DUAIS

PRUITT E RUBIN EM LEWICKI et al. 2002, p.33

Disciplina: Contratação de serviços e compras públicas

Professor: Luis Maurício Zanin



UNIVATES

Curso: Eficiência e Transparência na
Contratação de Serviços e Compras Públicas

Disciplina: Contratação de Serviços e Compras Públicas

Professor: Luis Maurício Zanin



O que fazer com meus antigos
PARADIGMAS
de Compras Governamentais?



O que fazer com meus antigos
PARADIGMAS
de Compras Governamentais?



Pregão



Compras Sustentáveis



MPE

“O que não está na 8.666/93 é perda de tempo”



Pregão



Compras Sustentáveis



MPE

“O que não está na 8.666/93 é o futuro”



Mudou radicalmente sua forma de agir,
ou você ainda está preso no passado, apenas com o
paradigma de 1993?

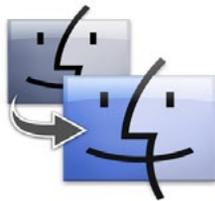




Hoje o Estado compra melhor em função de suas atitudes?



Autorização do Pregão para Estados e Municípios (Lei 10.520/2002) e Ampliação do Uso dos Procedimentos Eletrônicos



Lei Complementar 123/06
Tiram as MPE de um patamar e as elevam a outro, com direito a vários benefícios



Estamos reconstruindo as engrenagens do fornecimento para a administração pública com base em novas premissas.



- 1) Transparência e Eficiência
- 2) Economicidade
- 3) Impacto Direto no Desenvolvimento Local
- 4) Ambientalmente sustentável



LEI 8.666/93

Artigo 3

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.



Resultados Identificados

Resultados identificados

Foi possível identificar os resultados do curso por meio de pesquisa de reação com alguns participantes do curso e, por meio de conselho de classe realizado com o corpo docente.

A pesquisa de reação ocorreu em dois momentos do curso, ou seja, no término das aulas da primeira etapa, em 2011, e no término da segunda e última etapa do curso, em 2012, quando também ocorreu o conselho de classe.

Os resultados identificados na **pesquisa de reação** estão descritos e agrupados por semelhança de opinião, abaixo listados:

- o curso está proporcionando atualização profissional;
- algumas disciplinas nos fazem pensar, refletir profundamente, como ética e postura profissional, já outras conhecemos bem o conteúdo;
- o curso atende plenamente às expectativas, especialmente as disciplinas de ética e negociação;
- todas as disciplinas específicas do curso deveriam ser desenvolvidas com o professor Luis Maurício Zanin;
- a interrupção do curso prejudicou a sequência e, até, um pouco da qualidade, embora saibamos que essa solicitação foi da Central de Compras do Estado (CECOM).

O **conselho de classe**, realizado com a presença de quatro dos cinco professores do curso, destaca:

- o curso teve o objetivo de aprofundar conteúdos tais como ética e moral, postura profissional e técnicas de negociação, e atualizar conteúdos tais como: licitações, pregão eletrônico, contratação direta, contratos, entre outros, visando à prática profissional do servidor público;
- o grupo apresentou diferentes expectativas em relação ao curso pelo fato de alguns terem muita experiência profissional e tempo de serviço público em relação a outros. Mesmo assim, percebeu-se que a maioria dos participantes conseguiu refletir, apropriar e fazer ligações dos conteúdos trabalhados com a sua prática cotidiana.

Relação dos alunos concluintes do curso

Curso: Eficiência e Transparência na Contratação de Serviços e Compras Públicas

Carga horária: 60 horas-aula

Período: 17/10/2011 a 22/05/2012

(Período da etapa I: 17/10 a 04/11/2011 **e Período da etapa II:** 14/05 a 22/05/2012)

Horário: 8h30min às 12h

Local: FDRH – Av. Praia de Belas, 1595 – Sala 1304 – 3º andar – Porto Alegre/RS.

Concluintes

1. Ana Paula S. Chiechelski
2. Ana Paula Salles
3. Cinara Maria Silva Almeida
4. Daniel Oliveira da Costa
5. Janaina Isolde de Campos Noronha
6. Jaquecele Bohrz
7. Jorge Miliano Rodrigues Duarte
8. Juliana Moresco Tolotti
9. Katia Prux Landmeier Kronbauer
10. Luiz Mario Prates de Araujo
11. Marilene Granado
12. Mauro Fernando do Canto
13. Nelson Port Schirmer
14. Renata Manera Fortes
15. Rosi Boer Refosco
16. Simone Kleine Bogdanov
17. Susana Souza de Assumpção

Modelo do certificado entregue aos concluintes do curso

